

UM MUNDO POSSÍVEL: a fantasia de Tolkien dialoga com a historiografia

A POSSIBLE WORLD: Tolkien's fantasy dialogues with historiography

Emanuelle Garcia Gomes¹
Pedro Benedetti²

RESUMO

Este artigo procura conectar o ensaio do renomado autor e filólogo britânico J. R. R. Tolkien intitulado *On-fairy Stories*, no qual ele explora questões cruciais relacionadas à forma literária histórias de fadas, com o campo da historiografia. No ensaio, Tolkien defende a importância da fantasia como uma parte intrínseca da linguagem humana e argumenta que as histórias de fadas têm um valor artístico significativo. A partir disso, concentramos nossa atenção em dois dos quatro efeitos que ele expõe sobre tais narrativas: a Recuperação, que envolve a capacidade de ver as coisas de forma mais nítida e além do que é familiar, e o Escape, que possibilita uma perspectiva alternativa do mundo. Nossa intenção é discutir a aplicação das ideias de Tolkien sobre histórias de fadas como uma ferramenta para facilitar a compreensão das mudanças na historiografia do século XX. Nesse sentido, procuramos demonstrar o potencial de diálogo entre a literatura e a historiografia, não apenas para tornar esta última mais acessível, mas também para enriquecer o conjunto de ferramentas teórico-metodológicas disponíveis e ampliar as perspectivas futuras no campo da história.

Palavras-chave: Historiografia. Literatura. Fantasia. Tolkien. Contos de Fadas.

ABSTRACT

This article seeks to connect the essay by renowned british author and philologist J. R. R. Tolkien entitled *On-fairy Stories*, on it he explores crucial issues related to the literary form of fairy stories, with the field of historiography. In the essay, Tolkien defends the importance of fantasy as an intrinsic part of human language and argues that fairy stories have significant artistic value. From this, we focus our attention on two of the four effects he exposes about such narratives: Recovery, which involves the ability to see things more clearly and beyond what is familiar, and Escape, which enables an alternative perspective of the world. Our intention is to discuss Tolkien's ideas about fairy stories as a tool to facilitate the understanding of changes in 20th century historiography. In this sense, we seek to demonstrate the potential for dialogue between literature and historiography, not only to make the latter more accessible, but also to enrich the set of theoretical-methodological studies available and expand future perspectives in the field of history.

Keywords: Historiography. Literature. Fantasy. Tolkien. Fairy Tales.

¹ Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em História Social e graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisas: Grupo de Estudos Mitopoéticos (FFLCH-USP) e Narrativa e Insólito (ILEEL-UFU). Email: emanuellegg@yahoo.com.br

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre em História e Antropologia da Antiguidade pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de pesquisas Subalternos e Populares na Antiguidade e da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. E-mail: benedetti190@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O autor e filólogo inglês, J. R. R. Tolkien (1892-1973) propõe discutir três questões-chave, em seu ensaio intitulado *On-fairy Stories*³: a primeira, seria “o que são as histórias de fadas?” na qual ele delimita o entendimento sobre elas tendo como suporte a coleção de livros do Andrew Lang (1844-1912). A temática do ensaio se tratava, sobretudo, do que havia feito Lang ser conhecido mundialmente: sendo um grande colecionador de contos de fadas, dono de uma vasta erudição, publicou uma coleção de livros conhecidos como os “livros coloridos das fadas”. Os doze volumes de contos coletados e compilados por Lang, foram publicados no período de 1889 à 1910⁴.

Logo, no ensaio, Tolkien discute também “qual a origem dessas histórias?” nas seções “Origens” e “Crianças”. Esse é uma das partes na qual a postura criteriosa de seu pensamento começa a tomar uma forma. Logo depois, a pergunta “qual o uso das histórias de fadas?” gera outra discussão subdividida em duas partes com quatro tópicos centrais para o autor: “Fantasia”⁵, “Recuperação”⁶, “Escape” e “Consolação”⁷, que consolidam toda a sua experiência como leitor e estudioso desse tipo de narrativa. Para esse artigo, então, propomos nos deter especificamente nas teses da “Recuperação” e do “Escape”, a fim de estabelecermos um possível diálogo com a Historiografia.

Mas, antes disso, vamos entender o que Tolkien chama de “Fantasia”. Esta seria algo concomitante ao surgimento da linguagem humana; como se a humanidade tivesse aprendido a falar para contar histórias, e a partir delas, construir a mais potente manifestação de arte através da imaginação.

³ As edições disponíveis em português, do ensaio, são três, mas aqui usamos a tradução mais recente da HarperCollins. Com o título de “Árvore e Folha”, foi lançado em 2020 e contém a versão original de “Tree and Leaf” da HarperCollins britânica, ou seja, além do ensaio, o conto “Folha de Cisco” e os poemas “Mitopeia e O Regresso de Beorhthoth, Filho de Beorhthelm”. A tradução de “Árvore e Folha” é de Reinaldo José Lopes.

⁴ Ao todo, são 437 contos de diversos países e culturas. É registrado que somente Andrew Lang e Madame d’Aulnoy reuniram uma variedade tão grande de contos — ainda que o próprio Lang não tenha coletado as histórias diretamente de suas fontes primárias.

⁵ Segundo o conceito de Tolkien, a Fantasia, grosso modo, aprofunda a questão da linguagem, da imaginação e da “subcriação”. A imaginação unida com a linguagem propicia a subcriação de universos imaginários.

⁶ O conceito de “Recuperação” e o seguinte, “Escape”, serão tratados, mais detidamente, neste artigo.

⁷ A Consolação, chamado assim por Tolkien, é o “Escape da Morte”. Segundo o autor, por ser fiel à realidade, os contos de fadas não negam a existência da fé no sobrenatural nem na esperança de um final feliz. Assim, Tolkien cria o neologismo “eucatástrofe” (do grego, “boa catástrofe”) para nomear o final feliz, e que corresponde a uma virada de júbilo rara e surpreendente na conclusão dessas narrativas.

A mente humana, agraciada com os poderes da generalização e da abstração, vê não apenas **grama-verde**, discriminando-a de outras coisas (e achando-a bela de contemplar), mas vê que é **verde** assim como é **grama**. Mas quão poderosa, quão estimulante para a própria faculdade que a produziu, foi a invenção do adjetivo: nenhum feitiço ou encantamento em Feéria é mais potente (TOLKIEN, 2020, p. 34, grifos do autor).

Assim, quando podemos abstrair o verde da grama, o azul do céu e o vermelho do sangue, já temos o poder de um encantador em um determinado plano e também o desejo de manejar esse poder no mundo externo que vem à nossa mente, assim, o que a mente produz, concretiza-se em linguagem:

Podemos pôr um verde mortal no rosto de um homem e produzir o horror; podemos fazer a rara e terrível lua azul brilhar; ou podemos fazer com que bosques vicejem com folhas prateadas ou que carneiros usem velos de ouro, e colocar fogo quente na barriga da serpente fria. **Mas em tal “fantasia”, como é chamada, nova forma é criada; Feéria começa; o Homem torna-se um subcriador** (TOLKIEN, 2020, p. 35, grifos nossos).

Mais que isso, Tolkien considera as histórias de fadas uma forma de literatura como qualquer outra, não como um gênero inferior e isso fica claro por todo o ensaio. Contos dessa natureza, segundo o autor, têm valor como arte à medida que são bem feitas e possuem, assim, questões mais realistas do que se pressupõe.

No estudo que se segue, argumentaremos que os conceitos de Recuperação e Escape, mobilizados por Tolkien para compreender os contos de fadas para além da costumeira visão depreciativa sobre eles — histórias infantis em um patamar inferior às grandes obras literárias — podem ser também empregados em uma reflexão sobre o surgimento de correntes historiográficas ao longo do século XX que buscaram abordar por outros prismas, temas históricos que eram muitas vezes negligenciados ou menosprezados pela *communis opinio* acadêmica de sua época.

A IDEIA DE RECUPERAÇÃO DE TOLKIEN COMO UMA PONTE PARA A ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

O segundo ponto que as histórias de fadas trazem, segundo o ensaio “Sobre Estórias de Fadas” (1947) de Tolkien, é a Recuperação. De que modo ela se dá nessas narrativas?

[...] Deveríamos olhar o verde outra vez e ser assombrados de novo (mas não cegados) pelo azul, o amarelo e o vermelho. **Deveríamos encontrar o centauro e o dragão e então, talvez subitamente, contemplar, como os antigos pastores, ovelhas, cães, cavalos — e lobos.** Essa recuperação as estórias de fadas nos ajudam a fazer. Nesse

sentido, apenas o gosto por elas pode nos tornar, ou nos manter, infantis (TOLKIEN, 2020, p. 66, grifos nossos).

Nesse sentido, a recuperação inclui retorno e renovação da percepção do entorno, além da “re-tomada”⁸ de uma visão mais clara do real. Não se trata de “ver as coisas como elas são”, adverte Tolkien — até porque isso indicaria uma lida com filósofos que ele não está disposto a fazer — mas sim de “ver as coisas como nós devemos (ou deveríamos) vê-las”; como casos à parte de nós mesmos. Dito de outra forma, é ver as coisas além do modo que nos parecem no primeiro impacto (TOLKIEN, 2020, p. 66).

Guardadas as devidas proporções, essa é a primeira relação que podemos estabelecer entre a premissa de “Recuperação” de Tolkien e a Historiografia. Um dos pressupostos mais importantes da prática do historiador é a compreensão das diversas interpretações que compõe o conhecimento histórico, debruçando-se sobre elas e buscando outros significados para a chamada “verdade histórica”. Evitando se ater ao anacronismo — isto é, o erro cronológico em atribuir os valores de uma época a outra —, ou ao revisionismo histórico tendencioso que beira “negar os fatos”, temos a prática historiográfica. São as mudanças na forma de pensar que são o objeto do historiador: observá-los e analisá-los faz parte do que Marc Bloch (1886-1944) chama de “ofício do historiador”; que nada mais é que a mobilização do passado como uma experiência legitimadora de interesses e demandas do presente, com a avaliação das diferentes formas de apropriação do passado pelos homens, considerando, por extensão, os enfrentamentos sociais ocorridos, historicamente falando.

Retomando o ensaio tolkieniano, é dito que precisamos “limpar as janelas” para ver as coisas com mais clareza e para que elas possam ficar livres do insosso borrão da “trivialidade ou familiaridade”. Tolkien diz que os rostos familiares (no sentido não só de membros da família, mas também de pessoas próximas) são os mais difíceis de serem usados para truques fantásticos e, também, os mais difíceis de se ver com atenção, para perceber a sua semelhança ou dessemelhança, afinal, são rostos. No entanto, são rostos singulares (assim como as folhas), porém como os tomamos como “conhecidos”, não damos a devida atenção: essa familiaridade que temos é uma punição da chamada “apropriação”, isto é, “dizemos que os conhecemos” (TOLKIEN, 2020, p. 66) nos apropriando delas como coisas “banais”, “triviais”. Isso vale para todas as coisas, pois elas se tornam assim, como algo que nos atraíram por algum motivo —

⁸ Grafamos aqui, com hífen, para intensificar o sentido de “tomar algo de novo”.

brilho, cor, forma — as pegamos, trancamos em nosso tesouro e paramos de olhá-las no instante que as adquirimos.

Essa ideia também perpassa o ofício do historiador: a análise do evento histórico com um olhar de trivialidade pode custar um embaraço na reflexão historiográfica. Na escrita da história, toma-se um recorte temporal como um estudo de caso, colocando em prática o que, de fato, consiste na ação profissional do historiador: observar, investigar, interpretar e assim construir uma visão crítica a respeito do período determinado. Dizer que conhece plenamente esse passado, sem uma visão apurada e concentrada (ainda que minimamente em seus plurais nuances) é o objetivo central da prática.

Não tomemos como certo que as histórias de fadas sejam a única forma de recuperação ou a forma de preservação contra a perda. Sobre isso, Tolkien constrói uma ponte em referência à palavra “*Mooreeffoc*”⁹ da Fantasia Chestertoniana¹⁰, que nos ajuda a compreender melhor sobre essa questão da visão mais clara das coisas. Essa palavra pode ser vista em qualquer lugar da Inglaterra, isto é, se trata de “*Coffe-room*” lido de trás para frente, de dentro do estabelecimento e através de uma porta de vidro, como foi vista por Charles Dickens (1812-1870) e usada por Chesterton (1874-1936) para explicar a estranheza das coisas que se tornaram comuns, mas que são subitamente vistas por outra perspectiva.

Se formos parar para pensar nisso especificamente, entendemos o desagrado de Tolkien com a alegoria como interpretação para textos literários como os de fantasia. Ele opta pela noção de aplicabilidade ao lermos uma história de fadas. De que modo? Enquanto a alegoria restringe esse olhar mais amplo sobre a pluralidade de sentidos que alguma narrativa de fantasia tenha em seu conteúdo (e que, segundo Tolkien, a interpretação alegórica é a mais restritiva, motivo de seu descontentamento), a aplicabilidade varia de leitor para leitor. É esse assombro e encantamento que a “Fantasia” proporciona, e que, aliado a ela, a “Recuperação” do olhar sobre as coisas, agora com mais nitidez, tornam-se, então, outro efeito — substancialmente

⁹ Usamos aqui o termo original em inglês e não a tradução “*Éfac-ed-Asac*” — “*Casa de Café*” — por um motivo simples: parece mais “inteligível” quando usado no original.

¹⁰ Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) foi um escritor, filósofo, teólogo, crítico de literatura e de artes inglês, famoso pelos livros como “*Ortodoxia*” (1908) e “*O Homem Eterno*” (1925) — clássicos de apologia cristã — além de outros estudos e reflexões, inclusive um sobre Charles Dickens. O autor é um dos mencionados no ensaio de Tolkien, “*Sobre Estórias de Fadas*” (publicado pela primeira vez em 1943) e uma grande influência para seu pensamento filosófico sobre “contos de fadas”.

preciso, difícil de ser alcançado. Há outros, que, concatenados a esses dois, tornam o entendimento de Tolkien sobre contos de fadas, ainda mais completo.

De forma correlata, podemos ter esse mesmo vislumbre do “mooreeffoc” quando formos partir para a pesquisa histórica. A História é fruto da ação humana e é lançada em processos. Logo, a produção historiográfica abarca as visões observáveis destas ações humanas, sendo preciso deixar claro que, essas perspectivas se modificam constantemente, portanto, são acrescidas umas às outras, tornando assim o que chamamos de conhecimento historiográfico.

O estranhamento – no sentido de deixar de olhar com familiaridade – daquilo que é corriqueiro e trivial, foi um componente importante para a revolução historiográfica que tomou forma com a Escola dos Annales em meados do século XX. Na época moderna, tradicionalmente, a escrita da história se apresentava como uma grande narrativa dos eventos políticos e militares do passado de tal forma que sua matéria-prima não era senão os grandes feitos dos grandes homens, sejam gerais, reis ou imperadores. De fato, o advento do iluminismo na Escócia, França, Itália e Alemanha do século XVIII já havia levado ao surgimento de uma historiografia preocupada com o surgimento e desenvolvimento de leis, do comércio, da cultura, da moral e dos costumes. A célebre *História do Declínio e Queda do Império Romano* (1986 [1776–1788])¹¹, publicada por Edward Gibbon na segunda metade do século XVIII, por exemplo, preocupava-se em encontrar uma resposta para a questão do que teria levado o Império Romano ao seu fim, concentrando-se em explicações de cunho moral, mais do que atribuindo sua destruição a grandes personagens e grandes batalhas.

Contudo, uma das consequências do estabelecimento da História como disciplina acadêmica no século XIX foi o retorno à marginalização da História Cultural ou Social em favor de uma ênfase nas grandes narrativas políticas favorecidas pela Escola Metódica Francesa e pelo historicismo alemão, apesar de o próprio Leopold von Ranke (1795-1886) não limitar seu interesse apenas à História Política. A ênfase dessas escolas de pensamento histórico em construir e defender uma narrativa dos grandes eventos ancorada na documentação “oficial”, escrita e arquivística, acabou por levar os estudos de aspectos sociais e econômicos do passado a serem pejorativamente caracterizados como “perfumaria” (BURKE, 1992, p. 17–24)

¹¹ A data entre colchetes refere-se sempre à publicação original da obra. Nas referências bibliográficas constarão apenas as edições consultadas pelos autores.

Essa forma tradicional¹² de escrita da história, por sua vez, foi denominada por Fernand Braudel (1902-1985) de *histoire évènementielle* e necessitou de um novo olhar sobre o banal, o corriqueiro e o familiar para que fosse superada de modo a expandir novamente os horizontes de investigação do historiador. No caso de Braudel (2016 [1949]), esse elemento familiar que recebeu renovada atenção, comum a uma infinidade de narrativas históricas de seus contemporâneos, foi o Mediterrâneo. Assim, o foco de sua narrativa deixou de ser um personagem em específico e passou a ser o mar, não como mero elemento natural, mas como palco no qual se desenvolveram atividades econômicas, políticas, militares, linguísticas e culturais cujas mudanças não podiam ser percebidas pela análise de eventos pontuais, mas somente em uma longa duração¹³.

Não por acaso, é pelo uso de uma figura das histórias fantásticas, o ogro, que Marc Bloch defende a ampliação dos temas de investigação dos historiadores e um novo olhar sobre objetos de estudo que pudessem ser outrora considerados triviais, banais e sem importância:

[...] Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2001 [1949], p. 54).

A importância da “maravilha do corriqueiro” que fascinou Tolkien pode ser mais bem compreendida quando abordamos as citações de Chesterton no ensaio “Sobre Estória de Fadas”. Ainda que sejam sutis menções, Tolkien leu os trabalhos do filósofo e teólogo e compactuava com algumas das ideias apresentadas por ele, sobretudo nos textos sobre a “*Terra das Fadas*”. Uma delas, seria a crítica aos sistemas capitalistas e socialistas, que via no modelo econômico (defendido não só por Chesterton como também pelo historiador francês Hilaire Belloc)

¹² Termo utilizado pelo historiador Peter Burke ao descrever o movimento dos Annales como "outsiders". Citamos: “As idéias diretrizes da revista [dos Annales], que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da *tradicional* narrativa de acontecimentos por uma história-problema.” (BURKE, 1992, p. 11-12, grifos nossos)

¹³ Em seus estudos, Fernand Braudel estabeleceu uma distinção no seio da pesquisa histórica entre o tempo de curta duração e a longa duração (*longue durée*). No tempo da curta duração encontramos os acontecimentos, cuja narrativa Braudel chamou de *histoire évènementielle*, a política, os eventos militares e tudo aquilo cuja dinâmica engendra mudanças rápidas. A longa duração seria o domínio do tempo das estruturas, da economia, da mentalidade e outros aspectos da experiência humana cuja mudança tende a ser tão lenta que passa despercebida pela maior parte daqueles que a vivenciam (SILVA e SILVA, 2009, p. 391).

chamado de *distribucionismo* como algo mais adequado. O distribucionismo consiste, muito sinteticamente, na defesa da propriedade privada com uma concepção de liberdade, além de possuir características conservadoras¹⁴. É possível apontar que isso aparece nos escritos de Tolkien, sobretudo em *O Senhor dos Anéis*. No Condado, os hobbits viveriam em uma suposta harmonia rural¹⁵ que choca com a vigente sociedade moderna que, por sua vez, vive em crises econômicas, destruição em massa do meio ambiente e, no século XX, em larga escala, com a tentação do imperialismo, Tolkien, sempre foi um crítico do Imperialismo, inclusive.

A exemplo dessa questão, tomemos o Condado, como o contraste entre os povos livres da Terra-média, sempre sob a percepção dos Hobbits, e Mordor, onde o Sauron controla seus exércitos conquistadores. É essa a base defendida por Diego Klautau, estudioso sobre Tolkien sobre o aspecto imperialista:

O entendimento deste contraste possibilita como Tolkien compreende o poder, sua função e origem, além dos estragos que os desvios do poder podem causar.

Aqui percebemos claramente a relação que Tolkien propõe como organização social. Expresso claramente nos fundamentos da comunidade, o fenômeno da organização social, das instituições políticas e os fundamentos culturais de cada povo livre sempre em contraste com Mordor. A relação de crítica à modernidade se coloca nesta tensão. Mordor é imperialista, com eficiência centralizada do totalitarismo, que se impõe pela dominação e pela opressão de todos os que se opõe ao seu projeto.

A crítica aos abusos do estado-nação nas suas versões totalitárias, fenômeno que Tolkien viu tanto no imperialismo inglês colonial do século XIX quanto nos regimes ditatoriais leninistas-stalinistas da Leste, nazistas e fascistas capitalistas do Oeste, do século XX, estão colocadas profundamente em *O Senhor dos Anéis* (KLAUTAU, 2008, p. 9)

Logo, se possível, é uma interpretação aplicável ao contexto histórico que Hobbits possam ser admissíveis representantes da ideia de distribucionismo, na prática, ainda que ficcional, além da premissa adotada como o oposto às ordens “imperialistas” de Sauron.

Outra questão mais voltada à Chesterton, que acompanha Tolkien por toda a sua visão filosófica e ressoa mais claramente no ensaio, é a importância da escrita e da imaginação como algo mais realista que outras formas de pensamento. Chesterton acreditava que o mundo das

¹⁴ Destacamos que possui características conservadoras, mas não reacionárias. Há confusão em relação aos dois termos, no entanto, não existe uma paridade entre os conceitos. Esclarecemos que, os conservadores não idealizam o passado, costumam reivindicar a permanência do *status quo*, e acreditam no progresso dentro de um estado atual das coisas, mirando, no que é possível, que o material a ser conquistado por uma sociedade seja melhorado. Já os reacionários são o completo oposto: sempre idealizaram o passado, como um período ideal. O presente, para eles, é negado e abominado. A ideia reacionária não perpassa o distribucionismo, nem nenhuma perspectiva tolkieniana.

¹⁵ Embora isso fique em suspenso na narrativa, os Hobbits não seriam uma sociedade igualitária em absoluto. Pode-se argumentar que, por exemplo, Bilbo e Frodo são de famílias abastadas enquanto Sam é apenas um servidor. Entendemos que, apesar disso, ainda assim é uma sociedade bastante distante, em comparativo, com a moderna ocidental.

fadas era o mundo do bom senso e absolutamente racional. Boa parte das pessoas consideraria esse tipo de fantasia (que vê as coisas por outro ângulo) bem saudável e que nunca faltaria material para elas. No entanto, segundo Tolkien, essa fantasia tem um poder limitado, sendo a recuperação do frescor da visão a sua única virtude (TOLKIEN, 2020, p. 67).

[...] A palavra *Mooreeffoc* pode nos fazer perceber de repente que a Inglaterra é um país totalmente estranho, perdido num passado remoto, vislumbrado pela história, ou num futuro estranho e turvo que só pode ser alcançado numa máquina do tempo; ver a espantosa excentricidade e o interesse de seus habitantes, seus costumes e hábitos alimentares; porém, nada pode fazer além disso: agir como um telescópio focalizado em um ponto. (TOLKIEN, 2010, p. 66-67)¹⁶

A Fantasia é feita, como já podemos perceber, no Mundo Primário¹⁷, mas um bom artesão gosta de seu material; conhece e é sensível a respeito do barro, da pedra e da madeira, de uma forma que só a arte proporciona. E para além disso, na nossa perspectiva, é a constante análise sobre o processo histórico do qual se empreende a debater.

É a partir daqui que Tolkien caminha para o fim da concepção de Recuperação das narrativas “de fadas” e dispara para traçar o seguinte sentido, o terceiro ponto do que elas oferecem (o Escape). Mas antes, ele delimita que as histórias de fadas (em sua maioria ou as melhores) tratariam de coisas muito simples e fundamentais. Essas tais simplicidades se tornam mais luminosas pelo ambiente da fantasia. Porém, por que isso acontece?

Segundo Tolkien, isso se dá porque o criador de histórias se permite tomar essas liberdades com a Natureza. No entanto, retoma o alerta: ele pode ser amante dela, mas nunca poderá ser o seu escravo. Foi através das histórias de fadas que Tolkien teve a oportunidade de compreender, pela primeira vez, a força das palavras e a beleza das coisas: pedra, madeira, ferro, árvore, grama, etc.

A recuperação, então, serve como um remédio para o apego ao poder corruptível do homem. Preso ao mundo material, ao racionalismo e ao tecnicismo, o homem precisaria recuperar o seu olhar para a realidade, para além das amarras do materialismo ou das ilusões do maquinário. A recuperação propõe enxergar o mundo como novidade outra vez, e os contos de fadas, assim como a humildade, serviriam como uma espécie de antídoto para retomar a nossa visão mais coerente sobre o mundo e sobre nós mesmos.

¹⁶ Usamos aqui a tradução de Ronald Kyrmse, da edição “Sobre Histórias de Fadas” (2010), pois nela contém a palavra “*Mooreeffoc*” em seu original.

¹⁷ Conceito de Tolkien, que nada mais é o nosso mundo. Dito de outra forma, Mundo Primário é o mundo real, da qual se alicerça o Mundo Secundário — o imaginado.

Quando se faz uma leitura de uma interpretação de processos históricos, ou seja, toda a produção historiográfica daquele recorte, temos impregnada a ela não só o acontecimento por si, mas os valores do autor. Assim, o conhecimento produzido pode ser encarado sempre como aberto, com uma das possibilidades possíveis de interpretação sobre determinado evento. Por isso, o pressuposto teórico que leva o historiador a produzir o conhecimento sob a sua visão, está munido de uma metodologia da qual organiza as evidências, de modo que sua escrita leva aos leitores a entenderem qual a sua abordagem a respeito do recorte do passado em que lançou uma luz.

Certamente é por essa razão que a Historiografia está sempre em constante mudança. Para cada historiador que volta seu olhar para o passado, imprime, através de sua escrita da História, que tipo de sociedade ele quer produzir, quais os valores que ele pretende transmitir e qual o debate ele quer suscitar. Afinal, a História não são as fontes, a História é uma interpretação das realidades de que as fontes são sinais indicativos ou fragmentos. Essa afirmação simples, cujo ensinamento foi creditado a Arnaldo Momigliano por James Redfield (1994, p. 147), pode nos parecer hoje supérflua, mas foi possível graças ao processo de recuperação de um fazer historiográfico atento às possibilidades de temas de pesquisa, os quais buscaram recuperar o sentido histórico daquilo que é comum e corriqueiro, familiar e cotidiano.

O que está em jogo é a visão de mundo conferida pelos historiadores. Por certo, ainda no século XIX, Jules Michelet (1798-1874) fazia questão de nos lembrar que a ida dos historiadores aos arquivos e o contato com os documentos antigos era uma forma de trazer os mortos à vida e fazê-los estabelecer um diálogo com o presente. Dessa forma, os historiadores transformam o passado duplamente em presente: primeiro pelo vislumbre daquilo que era presente quando da produção dos documentos, depois pelo presente de sua recuperação e sua interpretação na atualidade. O trabalho do historiador, nesse sentido, envolveria uma tradução dos tempos passados na contemporaneidade a partir dela mesma, de modo a evidenciar o conteúdo da vida humana na temporalidade que é o objeto de seu estudo (SILVA, 2009, p. 23–24).

Isso posto, tendo em vista que atualmente concebemos a escrita da História não mais como uma narrativa de fatos consecutivos, mas como respostas aos problemas colocados pelos historiadores sobre o passado a partir de seu tempo e de suas preocupações, uma reflexão historiográfica sobre o conceito tolkieniano de Recuperação pode nos ajudar não apenas a

compreender a “Revolução Francesa da Historiografia” que foi o surgimento da Escola dos Annales, nas palavras de Peter Burke (1992), mas nos convida a revisitar aquilo que considerou-se outrora como corriqueiro, comum e banal a fim de termos uma compreensão mais completa sobre os diversos processos históricos. A própria compreensão desse cotidiano do passado, das formas de viver, costumes, hábitos e tradições e sua elevação à dignidade de objeto do historiador, permite-nos também vislumbrar como grupos e indivíduos responderam aos processos históricos que transformaram a sociedade e as condições nas quais estavam inseridos. O esforço de retorno a esses elementos e os mundos possíveis ensejados pelos agentes históricos a partir disso, bem como a emergência de uma historiografia que buscou investigá-los em seus próprios termos, podem ser iluminados através de uma reflexão sobre outro conceito tolkieniano: o “Escape”.

O “ESCAPE” COMO NOÇÃO QUE APROFUNDARIA A COMPREENSÃO HUMANA

O “Escape” é esse terceiro aspecto determinado por Tolkien e que destacamos aqui como uma noção que perpassa por toda humanidade, no sentido de que quase sempre desejamos distrações para “esquecermos” um pouco das aflições cotidianas. Ao contrário das acusações de parte da crítica literária (que Tolkien não menciona no ensaio exatamente quem são) e dos racionalistas em geral, o escape não significa, para Tolkien, uma fuga da realidade. Isso seria uma colocação deveras simplista (ainda que corriqueira).

Na verdade, as histórias de fadas propõem que existe muito mais a respeito da realidade do que o materialismo costuma enxergar. Nesse sentido, tal gênero literário oferece uma libertação em relação ao realismo, embora não negue a razão, somente não se restringe a ela, como podemos inferir aqui a partir de Tolkien.

O autor também não diz que os contos de fadas são a única forma de escape: trata-se apenas de uma das formas mais óbvias hoje em dia e, para alguns, é considerada uma das formas abusivas da literatura dita escapista. Com isso, ele revela ser necessário acrescentar algumas considerações, num estudo sobre histórias de fadas e sobre o escape na crítica em geral.

A partir do que propõe em *Sobre Estórias de Fadas*, fica bem claro que ele não reprova essa função nas narrativas fantásticas e, por isso, não aceita o tom de desdém e de pena que muitos usam para descreditar tanto esse tipo de literatura quanto os seus leitores, dizendo que é

“[...] um tom para o qual os usos da palavra fora da crítica literária não conferem garantia em absoluto.” (TOLKIEN, 2020, p. 68)

Refletindo sobre o mau uso da palavra, empregada como contrário da chamada “vida real”, temos que o sentido pode até ser prático, mas na verdade, é difícil colocar a culpa no escape sobre as tendências ilusórias, exceto se fracassar (para a crítica, diz Tolkien, parece ser ainda pior quanto mais sucesso uma obra de fantasia se obtém). Além disso, o mau uso do termo escape não para por aí: é evidente, segundo Tolkien, que há uma confusão de pensamento e uma falta de compreensão do significado essencial da palavra. (TOLKIEN, 2020, p. 68)

A imagem que o autor usa para explicar o que está confuso nessa questão é resolva: por que desprezar um homem que está preso e tenta sair e voltar para casa? Ou, caso ele não possa sair, por que desacatar o desejo dele em falar de outros assuntos que não sejam sobre muros ou carcereiros? De forma muito precisa e sintética, o autor diz que o mundo exterior não deixou de ser real só porque o prisioneiro não consegue mais vê-lo como os demais, que estão livres. (TOLKIEN, 2020, p. 68)

É com essa ideia que Tolkien mostra o quanto os críticos escolheram a palavra errada e estão confundindo o que ele chama de “Escape do Prisioneiro” com a “Fuga do Desertor”. (TOLKIEN, 2020, p. 68) O primeiro reside no senso de desgosto, de aversão sobre alguns pontos dessa vida real — ou seja, é uma perspectiva construtiva—, enquanto o segundo se volta ao assunto da deserção, do abandono da realidade vigente tal como é imposta — e assim seria uma perspectiva “alienante”. Um dos exemplos que o autor dá sobre isso, refere-se a lâmpadas elétricas produzidas em massa: não as mencionar em uma narrativa, nem mesmo ostentá-las seria, portanto, uma forma de escape, como um simples desgosto por lâmpadas, ou por considerá-las uma moda evanescente (TOLKIEN, 2020, p. 69).

Tolkien reforça no texto que o escapista pode ter um descrédito diante dos demais por não ser tão subserviente às modas voláteis. O escapista não faz a mínima questão de fazer dos objetos — que podem ser considerados ruins de maneira racional — seus deuses, ou seja, os adorando como coisas inevitáveis ou permanentes. Seus opositores não têm garantias de que eles fiquem por isso mesmo: eles temem que os escapistas possam provocar, por exemplo, que as pessoas destruam todas as lâmpadas. “O Escapismo tem outra face ainda mais malvada: a Reação” (TOLKIEN, 2020, p. 70).

Se colocarmos de lado, por um instante, a fantasia, como Tolkien a postula, temos uma ideia geral: o leitor ou o criador das histórias não precisa se envergonhar do “escape” do arcaísmo; ou seja, eles não precisam se envergonhar de preferir cavalos aos dragões, de preferir castelos, arcos e flechas, ou não só elfos, mas também cavaleiros, reis e sacerdotes. É possível também que, após refletir, um homem racional chegue à conclusão de *condenar o progresso, condenar as fábricas e as armas* — isto é: estes produtos *só parecem* ser mais naturais ou mais decisivos e, de alguma forma, inevitáveis, porém, não são. Somos levados a acreditar nessa lógica o tempo todo (e é por isso que é importante a recuperação do olhar para as coisas, para desvelar certos parâmetros).

A crítica de Tolkien a essa faceta da modernidade, taxada de “vida real” e exaltada por muitos, é reforçada mediante uma reflexão, indicando que o sentido de “real” está sempre atrelado a coisas visíveis e palpáveis, enquanto as imaginadas são rechaçadas. “O mais louco castelo”, diz ele, “que jamais saiu de uma sacola de um gigante numa estória gaélica selvagem” não é somente *menos feio* como também é muito *mais real* do que uma fábrica (TOLKIEN, 2020, p. 71-72). E ele questiona: “Por que não deveríamos escapar disso ou condenar o absurdo ‘sombrio e assírio’ das cartolas ou o horror ‘marlockiano’ das fábricas? (TOLKIEN, 2020, p. 72). Essas coisas já são condenadas pela forma que Tolkien diz ser a literatura mais escapista de todas: a Ficção Científica.

Aproveitando o ensejo, Tolkien se refere aos Marlocks — personagens fictícios da obra de H.G. Wells *A Máquina do Tempo* (1895) — fazendo uma aproximação entre os personagens e os entusiastas das fábricas, correspondida no próprio enredo. Marlocks são seres humanoides que vivem nos subterrâneos da Terra e evoluíram dos humanos após uma guerra nuclear que assolou o planeta. A nova espécie é descrita como seres muito pálidos (por conta da falta de melanina) e, por isso, sensíveis à luz do sol e quase cegos. Nesse sentido, quando Tolkien usa “horror marlockiano das fábricas” ele quer dizer que quem exalta o progresso é “cego” por não enxergar além, por *não verem as coisas como deveriam vê-las* (TOLKIEN, 2020, p. 66) para além de nós mesmos.

Isso também está correlacionado ao que Tolkien diz a respeito da Ficção Científica. Os escritores desse tipo de literatura costumam predizer (e até podem desejar) um mundo com uma “grande estação ferroviária de telhado de vidro”. (TOLKIEN, 2020, p. 72) Mas é difícil para eles deduzirem o que as pessoas farão num mundo assim. Em tempo, podem abandonar a

armadura vitoriana para usarem vestes folgadas e com zíper, mas usarão dessa liberdade também para “brincar” com brinquedos mecânicos que se movimentam rapidamente e que logo entediam. Ou seja, ele reconhece que vive em uma era de “meios aperfeiçoados para fins deteriorados”. (TOLKIEN, 2020, p. 72)

Tolkien diz que esse incômodo faz parte de sua época: é esse efeito, esse desejo de escapar — não da vida — mas do tempo presente e da miséria imposta a nós mesmos, que caracteriza esse escape. Faz parte do cotidiano estarmos conscientes da feiura e do mal de nossas obras.

É esse aspecto “escapista” moderno (e ocidental) das histórias de fadas a que Tolkien se refere e diz partilhar com romances, narrativas do e sobre o passado. Muitas histórias do passado se tornaram escapistas em seu objetivo, porque sobreviveram vindo de uma época em que os homens, a princípio, se apraziam com seu trabalho. Essas narrativas chegaram ao nosso tempo quando muitos sentem aversão pelas coisas feitas pelos próprios seres humanos.

O que compreendemos é um fio de raciocínio bastante linear: A fantasia é algo humano. Quanto mais se conhece o mundo primário, mais rica será a “subcriação”¹⁸ para um mundo secundário: “[...] as estórias de fadas lidam largamente [...] com coisas simples ou fundamentais, intocadas pela Fantasia, mas essas simplicidades são tornadas ainda mais luminosas por seu cenário” (TOLKIEN, 2020, p. 68). E quanto mais verossimilhante ao mundo primário, mais verdadeiro é o mundo secundário e a sua faceta de “consistência interna da realidade”¹⁹ se faz na linguagem, na escrita, no texto. Deste modo, a recuperação do novo olhar para as coisas dadas como “reais” acontece, assim como um certo desprezo por objetos de moda evanescente, ou seja, daquilo que não existe “naturalmente” no mundo.

Essa noção fica bem clara em suas obras literárias. Por exemplo, em “O Senhor dos Anéis” (2019), quando pensamos na Sociedade do Anel, os oito companheiros que se juntam e partem na jornada com Frodo até a destruição do Um Anel, em Mordor, na Montanha da

¹⁸ Termo tolkieniano que significa, *grosso modo*, a imaginação encarnada em linguagem.

¹⁹ Em resumo, quando Tolkien trata do tópico Fantasia, ele aprofunda a questão da Linguagem, da imaginação e, por extensão, a questão do que ele chama de “subcriação”. A imaginação — somada à arte pela Linguagem —, propicia a subcriação de universos imaginados. A fantasia em si é o resultado dessa arte subcriativa com o aditivo da estranheza e assombro. Para que ela (a fantasia) esteja presente, da melhor maneira, nos contos de fadas, ela precisa ser bem colocada sem abusos e de forma coerente. Nesse sentido, então, é preciso conferir o que se entende por “consistência interna de realidade” nas histórias de fadas: elas necessitam de ser críveis e verdadeiras naquele universo imaginado, ao mesmo tempo em que não podem ser incoerentes com o mundo em que vivemos, afinal, elas fazem bom uso desse mundo para se formar quanto subcriação.

Perdição. Eles se unem em sacrifício de si em prol do bem comum: salvar a Terra-média da vilania e da destruição de Sauron. O mago Gandalf, os homens Aragorn e Boromir, o elfo Legolas, o anão Gimli, e os hobbits Merry, Pippin, Sam e Frodo, são as figuras primeiras de resistência ao poder do Sauron, unidos pela virtude da compaixão e contam com auxílios de tantos outros personagens. E ações ou escolhas (ainda com momentos de dúvidas, fraquezas e fracassos) também encontramos no mundo “real”. *O escape, além de tudo, também é reação*²⁰.

Mas há outros escapismos que são ainda mais profundos, e sempre aparecem nas histórias de fadas ou lendas. Não se trata somente de fugir do barulho dos carros, do cheiro da fumaça das fábricas, ao passo que existem coisas ainda piores e muito mais comuns no cotidiano da humanidade, desde os primórdios: a fome, a sede, a pobreza, a dor e o pesar, a injustiça²¹ e a morte.

Na historiografia, foi através da desnaturalização de um mundo que pretendeu-se ver como a “vida real” ou “a evolução natural das coisas” e da investigação dos mundos possíveis ensejados por outros atores históricos até então negligenciados pelos estudiosos que Edward Palmer Thompson (1924-1993) empreendeu seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa entre 1780 e 1832. Como notou a tradutora da edição brasileira Denise Bottman, o termo *making* usado no título original do livro é o gerúndio do verbo *to make*. Ao empregar essa forma nominal, Thompson buscou enfatizar a dinâmica do *fazer-se* da classe operária inglesa durante a Revolução Industrial, ou seja, o papel sua agência, tanto quanto das condições em que se encontravam, no processo de sua própria formação como classe social. Assim sendo, não há nada de inevitável ou natural no surgimento da classe operária inglesa, como o Sol que nasce em um momento determinado do dia. Pelo contrário, ela se faz presente no próprio *fazer-se*. Disso se segue que, segundo Thompson, só é possível compreendê-la em seus próprios termos, anseios, expectativas e ações.

Thompson (2011 [1963], p. 12–13) identifica três ortodoxias cujas visões pesaram no estudo dos trabalhadores na História: na ortodoxia fabiana, os trabalhadores são vistos como vítimas passivas do *laissez-faire*; para a ortodoxia dos historiadores econômicos, os trabalhadores surgem como números, força de trabalho dentro de uma grande estrutura

²⁰ Entendemos Reação aqui não como algo “reacionário”, de idealização do passado e negação do presente. A Reação de Tolkien está mais voltada ao sentido de algo que se desgosta, faz sofrer ou incomoda, porém faz parte da realidade. O *Escape* não nega de que as coisas sejam assim, mas infere uma possibilidade de “distanciamento”, por assim dizer.

²¹ Os movimentos dos Direitos Civis da década de 1960 nos EUA podem ser um exemplo dessa “reação escapista”.

produtiva desenhada para a produção e consumo em massa; a ortodoxia do chamado “Progresso do Peregrino” busca nas experiências dos trabalhadores da Revolução Industrial o germe das ideias de Estado de Bem-Estar Social ou os vê como progenitores de uma Comunidade Socialista ou como personagens de proto-relações industriais racionais, apontando os erros e desvios que lhes impediram de alcançar seus objetivos ou de desenvolver uma consciência de classe para que obtivessem sucesso em uma empreitada revolucionária. Ou seja, tendo em vista que a opressão crescente inerente e ao capitalismo industrial levaria irremediavelmente a uma situação revolucionária, restava buscar os motivos pelos quais os trabalhadores da Revolução Industrial não lograram êxito nessa evolução histórica “natural”.

Diante dessas correntes, o historiador inglês propõe uma saída diferente:

[...] Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência. (THOMPSON, 2011 [1963], p. 13)

Se os mundos imaginados por esses trabalhadores eram escapes, no sentido tolkieniano do termo, devemos compreendê-los não como meras fugas da realidade acachapante das longas horas de trabalho, baixos salários e condições precárias, mas como reações às circunstâncias que lhes eram impostas como dadas, como questionamentos à realidade das cidades inglesas esfumaçadas, barulhentas e acinzentadas do final do século XVIII e início do século XIX. Só assim podemos nos distanciar de nosso julgamento moderno, para quem o mundo que emergiu da Revolução Industrial parece uma inevitabilidade histórica, e compreender as dinâmicas próprias a essa época a partir da experiência daqueles que as vivenciaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, buscamos argumentar em favor da aplicação das reflexões tolkienianas em torno das histórias de fadas para facilitar a compreensão dos desdobramentos da historiografia no século XX. Certamente, não se trata de dizer que os estudos de Tolkien engendraram ou desencadearam as transformações no fazer historiográfico que vimos nesse estudo, ainda que ele tenha vivido no meio intelectual no qual essas mudanças aconteceram e

experimentado, como Bloch e Thompson, conflitos de dimensões mundiais que mudaram para sempre sua percepção de mundo. Mas os paralelos que traçamos entre as concepções tolkienianas de Recuperação e Escape e a superação de uma *histoire évènementielle* e de ortodoxias históricas condescendentes e fatalistas podem nos ajudar a desemaranhar as complexas tramas das transformações historiográficas. Esperamos ter mostrado através desses dois casos as potencialidades do diálogo entre reflexões literárias e a historiografia não apenas no sentido de tornar essa última mais inteligível, mas também de modo a contribuir para o enriquecimento do instrumental teórico-metodológico e das perspectivas historiográficas no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2001.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. 2 Volumes. São Paulo: Edusp, 2016.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929–1989**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

GIBBON, E. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. 6 vols. Norwalk: Easton Press, 1986.

KLATAU, D. O Condado, a Terra-Média e o Mar – A nostalgia de Tolkien. **Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões**. UNESP, Assis-SP, 2008.

Disponível no endereço eletrônico:

<https://www.academia.edu/35231350/O_Condado_a_Terra_M%C3%A9dia_e_o_Mar_A_nostalgia_de_Tolkien> [Acesso em: 20 de outubro 2023].

REDFIELD, J. O homem e a vida doméstica. In: VERNANT, J-P. (org.) **O Homem Grego**. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p. 144–171.

SILVA, K. V. e SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, M. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). **Antíteses**, v. 2, n. 3, p. 23–36, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 Volumes. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOLKIEN, J. R. R. **O Senhor dos Anéis**. Tradução: Ronald Kymse. 1ª edição. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2019.

TOLKIEN, J. R. R. Sobre Estórias de Fadas. In: **Árvore e Folha**. Tradução: Reinaldo José Lopes. 1ª edição. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

TOLKIEN, J. R. R. **Sobre História de Fadas**. Tradução: Ronald Kymse. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.

TOLKIEN, J. R. R. On-Fairy Stories. In: **The Monsters and The Critics and Olther Essays**. Edited by Christopher Tolkien. London UK: Harper Collins Publishers, 2006.